

O risco real de apagão



"No início do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra Dilma Rousseff tomou decisões que estão levando ao apagão de energia que os petistas insistem em negar, apesar de todas as evidências. A senhora Rousseff suspendeu a construção da Usina Angra III; paralisou os trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; retardou em pelo menos quatro anos o avanço do Proinfra (programa de produção de energia renovável - biomassa, principalmente bagaço de cana, eólica, solar e pequenas centrais hidro elétricas); e permitiu o atraso de dois a três anos nas licitações das usinas hidrelétricas do Rio Madeira - a primeira delas só foi licitada com sucesso em dezembro último."

O trecho acima faz parte de artigo escrito para o blog por José Carlos Aleluia, deputado federal pelo Bahia e vice-presidente do DEM. Está postado na seção chamada Artigos. Veja a íntegra do texto abaixo.

Enviado por José Carlos Aleluia

O risco real de apagão

No início do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra Dilma Rousseff tomou decisões que estão levando ao apagão de energia que os petistas insistem em negar, apesar de todas as evidências.

A senhora Rousseff suspendeu a construção da Usina Angra III; paralisou os trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; retardou em pelo menos quatro anos o avanço do Proinfra (programa de produção de energia renovável - biomassa, principalmente bagaço de cana, eólica, solar e pequenas centrais hidro elétricas); e permitiu o atraso de dois a três anos nas licitações das usinas hidrelétricas do Rio Madeira - a primeira delas só foi licitada com sucesso em dezembro último.

Sob a batuta de Rousseff, o governo promoveu leilões de energia flexível (reserva). Esses leilões de energia derivada de petróleo forçaram o brasileiro a comprar usinas de péssima qualidade, econômica e ambiental, já instaladas e amortizadas, com energia emergencial do racionamento de 2003.

O governo Lula abandonou, na contra mão do mundo, qualquer esforço real de conservação de energia, ao ponto de o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, rejeitar a simples idéia de recomendar que os consumidores comprem lâmpadas mais eficientes. O medo de admitir o apagão levou o "preposto de Rousseff" a rejeitar a hipótese de conservação de energia, que deve ser permanente.

As chuvas no Nordeste e no Sudeste até hoje, quase no meio do período das águas, estão muito abaixo da média histórica. As chuvas iniciaram com muito atraso no fim de outubro do ano passado e continuam fracas.

O risco de déficit, visto do mês de setembro, antes da previsão de início das chuvas, já estava acima dos critérios tradicionalmente adotados (5%). É bom notar que a ministra Rousseff, com o objetivo de esconder o risco, forçou a assinatura de um acordo entre a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a Petrobras e os geradores, onde a estatal

de petróleo garantia o suprimento de gás para a produção de mais de 3 mil megawatts médios. Todos os signatários do acordo sabiam que não existe gás.

As usinas térmicas a gás já deveriam ter sido acionadas desde outubro, quando explodiu a crise do gás no Rio e em São Paulo.

Sem as térmicas a gás a crise é ainda mais profunda. Diante do pânico, as chamadas térmicas flexível foram acionadas e não estão atingindo a potência contratada. Para mostrar o quanto o governo Lula opera omitindo a verdade ao povo, foi dada uma ordem de silêncio total sobre a crise.

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (<http://www.ons.com.br/home/>) está obedecendo o governo e deixando de cumprir o seu papel de operador independente. Na Aneel, o diretor-presidente, Jerson Kelman, quebrou o silêncio, anunciando a possibilidade de crise, e foi desautorizado pelo ministro interino. O superintendente de Operações da Chesf, João Henrique Franklin, confirmou que há um atraso nas chuvas na Bacia do São Francisco (matéria no site www.deputadoaleluia.com.br, com o título Chesf inicia plano para evitar apagão).

As concessionárias de distribuição de energia elétrica estão em pânico. E em silêncio. O Instituto Acende Brasil, criado para desenvolver estudos e projetos que visem à transparência da sustentabilidade do setor elétrico, está também obedecendo a lei do silêncio.

Pior do que o apagão elétrico é o apagão moral. Todos estão sonhando informações vitais ao povo. Quem paga a conta O Custo Marginal de Operação - CMO do sistema elétrico já está no teto, cerca de R\$569,00 o megawatt-hora. Todos os custos do sistema elétrico serão repassados para o consumidor, com aumento de tarifa.

Com um Custo Marginal de Operação de R\$569,00 o megawatt-hora, passou o momento de decretar um racionamento defensivo. O racionamento defensivo ainda pode ser feito sem prejuízo à produção e à qualidade de vida da população.

As metas do racionamento defensivo devem gerar créditos para os consumidores. Cruzar os braços, como está fazendo o governo Lula, aumenta a conta de todos.

O custo de mil quilowatt-hora hoje é de R\$ 569. É a hora e a oportunidade da conservação e do racionamento defensivo no bolso do povo. Como não fez o dever de casa lá atrás, esse é o momento de o governo lançar um programa nacional de conservação de energia. *José Carlos Aleluia é deputado federal pela Bahia e vice-presidente do Democratas.*

In: O risco real de apagão, por José Carlos Aleluia (dep.fed.) **Blog do Noblat**, Mídia Online, 15/01/2008.